

10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política
Belo Horizonte, 30 de agosto a 2 de setembro de 2016

Área Temática: Gênero, Democracia e Políticas Públicas

**Título do trabalho: PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE MULHERES E MÃES NO BRASIL:
DOS ESTEREÓTIPOS ÀS EVIDÊNCIAS**

Autora: Nathalie Reis Itaboráí

Pós-doutoranda em Sociologia no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ)
Editora de Publicações na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Resumo:

Num contexto em que se discute se a revolução de gênero encontra-se interrompida ou incompleta (ENGLAND, 2010, ESPING-ANDERSEN, 2009) a representação política das mulheres e a divisão do trabalho doméstico e de cuidado destacam-se como duas dimensões particularmente resistentes à mudança. Essa coincidência é retomada na presente análise da inter-relação entre vida familiar e participação política considerando especialmente as mulheres na condição de mães sobre as quais recaem maiores expectativas de responsabilidades domésticas e de cuidado.

É frequente o uso de estereótipos de gênero para explicar a participação das mulheres na política, dentre os quais a suposição de que as mulheres se comportariam na política como mães honestas e sensíveis, preocupadas com o bem-estar social (RAMOS, 2015). O objetivo da presente pesquisa é mostrar que, a despeito das virtudes maternas serem frequentemente atribuídas às mulheres na política, a maternidade continua a ser um atributo que dificulta sua participação na esfera pública, num contexto de manutenção da visão da família como principal responsável pela reprodução e proteção social e das desigualdades de gênero nas responsabilidades domésticas e de cuidado. Contrapor tais estereótipos às evidências disponíveis ajuda na compreensão de que, mais do que transferir supostas virtudes privadas à esfera pública, trata-se de enfrentar os desafios do cuidado público como condição também de democratização da participação política.

As evidências foram buscadas em três tipos de fontes diferentes. A principal delas foram entrevistas de mulheres que são mães sobre suas trajetórias políticas e privadas. O universo pesquisado inclui mulheres de diferentes condições socioeconômicas e com diferentes experiências políticas, incluindo ativistas de movimentos populares e ocupantes de cargos políticos. Observações também foram empreendidas durante reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e na Conferência Municipal de Políticas para Mulheres. Os dados foram coletados em uma capital e uma cidade de médio porte, ambas localizadas na região Sudeste. Esta pesquisa não pretende ser representativa quanto à participação política das mulheres no Brasil, mas sim propor algumas questões com base nas informações coletadas e em diálogo com a literatura sobre as mulheres na política no Brasil.

Embora a fonte principal desta análise sejam as entrevistas e a observação participante, explorou-se também duas outras fontes de dados. Para situar em termos mais amplos a participação política das mulheres, comparadas aos homens, foram empregados dados do suplemento sobre Participação Político-Social da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 1988¹, demonstrando a relevância das características familiares, em especial a presença de filhos e suas idades, nas chances das mulheres participarem de partidos políticos, sindicatos e outras associações. Um terceiro aspecto explorado foram informações biográficas de mulheres eleitas, considerando as referências a experiência de ser mãe em entrevistas de mulheres em cargos políticos (como as obras *Política: palavra feminina* e *Mulheres na política: as representantes de Minas no Poder Legislativo*) e sites das parlamentares brasileiras. Considerou-se criticamente os eventuais limites desta última fonte de informação.

A análise convida a repensar a dualidade entre público e privado, destacando a relevância política de relações que se desenvolvem na esfera privada, como as de dependência e cuidado – pois, do contrário, o silêncio sobre as relações de poder na vida privada implica que “todo um conjunto de problemas, temas e experiências é excluído do debate e da agenda política” (BIROLI, 2013, p. 134) – e, igualmente, reconhecendo o impacto das relações privadas na participação política, a partir de evidências que levam a questionar as mistificações das idealizações maternalistas que permeiam a política.

Palavras-chave: Participação política. Gênero.

¹ Por restrições de espaço, os dados da PNAD serão apresentados no congresso e depois disponibilizados.

“The family is society at its most private; the state is society at its most public. Yet, they are connected in multiple ways.” (BURNS; SCHLOZMAN; VERBA, 1997, p. 373)

A despeito das virtudes maternas serem frequentemente atribuídas às mulheres na política, a maternidade continua a ser um atributo que dificulta a participação das mulheres na esfera pública. Para avançar na compreensão dos estereótipos e evidências que subjazem esta afirmativa propõe-se aqui aprofundar três aspectos: articular o debate específico sobre desigualdades políticas ao tema geral da estratificação social, considerando em especial gênero, nas dimensões das desigualdades de oportunidades e de resultados na participação (com impacto na representação) política; aprofundar a reflexão sobre as relações entre família e política, que envolve desde a importância do capital familiar (e suas variações por gênero) na ascensão a cargos políticos até o impacto da condição familiar (de forma particular mulheres que são mães) sobre as chances de participação política; e, por fim, indo além da constatação das dificuldades das mães de participação política e dos estereótipos do maternalismo na política, advogar a urgência do tratamento político da questão do cuidado público como dimensão importante da democratização das relações familiares e políticas e, logo, do incremento da participação feminina na esfera pública.

Para desenvolver estas três ideias, o texto parte da discussão da baixa representação política feminina, a inefetividade das cotas e as barreiras sociais e familiares que delineiam desigualdades políticas; aprofunda dimensões dos impactos da vida familiar sobre as possibilidades de participação política de mulheres (ativistas em diferentes níveis) que são mães, mediante revisão de literatura e trabalho de campo; retomando, por fim, pela observação de entrevistas e notícias sobre mulheres em cargos de maior visibilidade, alguns aspectos da (des)capitalização das identidades de mulher e mãe na política, debatendo seus ônus e bônus, oportunidades estratégicas e armadilhas.

(In)visibilidade das mulheres na política: crônica dos tempos presentes e suas raízes pretéritas

A exibição ao vivo da votação na Câmara dos Deputados do *impeachment* de Dilma Rousseff visibilizou e gerou debates sobre a lamentável baixa qualidade da representação política brasileira. Incomodou à opinião pública o fato de que boa parte dos votos proferidos na Câmara – espaço público ícone da democracia brasileira – fossem dados em nome de pessoas da família (além de convicções religiosas), explicitando o quanto privado e público se confundem no país. O feminino ocupou outro capítulo de relevo, seja pelo lugar ainda estereotipado e periférico ocupado pelas mulheres na política, como no caso da deputada que foi saudada pelo termo “delícia” em meio às incitações de parlamentares homens para votar pelo *impeachment*, seja pelos muitos ataques misóginos à presidenta

Dilma, em imagens que incitavam a violência sexual contra a mulher então no posto máximo da política brasileira (a presidenta) ou admoestavam-na a erotizar-se². Nossa primeira experiência de ter uma mulher na presidência e a trajetória de Dilma de “Mãe do PAC” à sua retirada do poder sob o oxímoro “Tchau querida” é um incentivo adicional para pensar as interseções entre política e relações familiares e de gênero.

O fato de o Brasil ter eleito em 2010 uma mulher presidente jamais obscureceu a realidade de que o país é um dos recordistas – às avessas – no que diz respeito à baixa presença feminina em cargos eletivos (e nos cargos de poder em geral) nos diferentes níveis e esferas. A experiência das cotas e sua inefetividade é um dos primeiros aspectos para indagar os vários paradoxos que subjazem o problema da participação política feminina no Brasil. Como esclarecem Grossi e Miguel (2001), a política de cotas, cuja primeira lei no Brasil é de 1995 (Lei 9.100)³, foi favorecida pelo contexto internacional, tendo emergido depois da IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing, 1995) – e como desdobramento dos

²A ONU mulheres condenou a violência sexista contra Dilma, declarando em nota que “Como defensora dos direitos de mulheres e meninas no mundo, a ONU Mulheres condena todas as formas de violência contra as mulheres, inclusive a violência política de ordem sexista contra a Presidenta da República, Dilma Rousseff. Nenhuma discordância política ou protesto pode abrir margem e/ou justificar a banalização da violência de gênero – prática patriarcal e misógina que invalida a dignidade humana.” (Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/onu-mulheres-condena-violencia-de-ordem-sexista-contra-dilma-18957355>). Dentre os episódios mais grotescos da misoginia contra Dilma está a distribuição de adesivos para carros com fotomontagem da presidente de pernas abertas e incitação à violência sexual. Dentre os muitos debates que ocasionou, foi questionado se tais eventos ocorreriam em outras democracias (como opina David Nogueira no artigo “Como anda sua recolhida misoginia?”, disponível em: <http://www.brasil247.com/pt/247/artigos/187521/Como-anda-a-sua-recolhida-Misoginia.htm>). Em artigo publicado na Revista Época (“Dilma e o sexo”), o autor, João Luiz Vieira, fez especulações sobre a vida sexual da presidente, recomendando “Dilma, se fosse seu amigo lhe diria: erotize-se.” O artigo foi retirado do ar pela revista (Disponível em: <http://epoca.globo.com/vida/romance-urbano/joao-luiz-vieira/noticia/2015/08/dilma-e-o-sexo.html>), mas ainda pode ser acessado (Disponível em: <http://naofo.de/6quf>). A polêmica foi relatada em diversos blogs de política (Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/denuncias/epoca-tira-do-ar-texto-que-diz-que-o-principal-recado-dos-manifestantes-a-dilma-e-que-ela-exprime-uma-sexualidade.html>). Ao contrário, a primeira-dama interina foi celebrada pela Revista Veja por ser “bela, recatada e do lar” (Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/bela-recatada-e-do-lar>), gerando intensos debates sobre o retrocesso na imagem da participação política feminina, como opina Djamilia Ribeiro: “Fica evidente a tentativa da revista de fazer uma oposição ao que Dilma representa. Uma mulher aguerrida, forte, fora do padrão imposto do que se entende que uma mulher deve se comportar. Mas, é como se dissessem: mulher boa é a esposa, a primeira dama, a ‘que está por trás de um grande homem’.” (artigo “Bela, recatada e do lar: matéria da ‘Veja’ é tão 1792”, disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/bela-recatada-e-do-lar-materia-da-veja-e-tao-1792>). A discussão de gênero e política também ganhou evidência quando da divulgação do ministério de Temer e a notável ausência de mulheres (e negros), como discutido no artigo de Biroli sobre “A política dos homens brancos e o ministério de Temer” (Disponível em: http://grupo-demode.tumblr.com/post/144399544237/a-pol%C3%ADtica-dos-homens-brancos-e-o-minist%C3%A9rio-de-;ver_tamb%C3%A9m_http://www.cartacapital.com.br/politica/ministerio-masculino-e-retrocesso-na-luta-por-direitos-das-mulheres). Acessos em: 13 jun. 2016.

³A Lei 9.100 de 1995 estabelecia um mínimo de 20% de candidaturas de mulheres, válido na eleição de 1996. Já a Lei 9.504 de 1997 definiu um mínimo de 30% para cada sexo, mas ampliou as vagas de 120% para 150% das cadeiras em disputa. Há ainda chances de se dar passos, ainda que tímidos, para além das cotas quanto ao número de candidatas, pois uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC 98, de 2015), já aprovada no Senado, está em tramitação na Câmara, propondo reserva de vagas para as mulheres nos parlamentos, garantindo, sucessivamente a cada eleição 10%, 12% até chegar 16% dos assentos nos Legislativos municipais, estaduais e federal, exceto no Senado.

compromissos firmados pelo Brasil nesta conferência – a partir de proposta da bancada feminina que se inspirou em experiências exitosas de outros países. No entanto, Araújo (2013) observa que, comparado à própria região latino-americana, o Brasil não apresenta resultados animadores quanto às cotas. Se as cotas impactam o número de candidatas, pouco fez para aumentar o número de eleitas. Dentre as muitas críticas à lei de cotas, destaca-se que o aumento do número de candidatas a tornou inefetiva, além de que não existe qualquer sanção quanto ao seu não cumprimento, nem qualquer medida de apoio financeiro às candidatas mulheres.

Como destaca Araújo (2006), as cotas são a estratégia que tem sido privilegiada para o aumento da representação feminina, mas este problema não deveria prescindir de uma abordagem multicausal, considerando fatores históricos e culturais relacionados à exclusão das mulheres da vida política, além do sistema político e seu desenho em aspectos de representação, partidário e eleitoral⁴. Embora se reconheça e aborde aqui alguns destes últimos aspectos, nos limites deste artigo focalizou-se dimensões relacionadas às desigualdades políticas, associadas às relações familiares e de gênero.

Dentre as várias e complexas razões da baixa representação política das mulheres, Pinto, Moritz, Schulz e Moraes (2000, p. 45) notam que esta “atividade que envolve muito poder e destaque pessoal, no qual a concorrência é fundamental, o fato de ser mulher aparece como mais um obstáculo a ser ultrapassado”. Ademais, lembram que o feminismo inicialmente relutou em entrar na luta político partidária, bem como persistem desafios de romper a educação voltada para a casa e o privado. Neste contexto, “a mais pública das atividades, a política, também tem sido a última a ser apropriada por ela” (p. 46).

O baixo capital político relacionado à recente e desigual entrada das mulheres no espaço político num contexto de alta reprodução – pois o fato de ter exercido um mandato anterior é o maior preditor da chance de ser eleito – é destacado por Araújo (2013, p. 11-12), que argumenta que as “mulheres necessitam ‘correr atrás do prejuízo’, ou seja, desocupar o espaço já ocupado pelos homens para conseguir entrar de forma mais equitativa na política, já que foram explicitamente impedidas de fazê-lo nas primeiras fases dos experimentos democráticos na maior parte dos países”. Speck e Sacchet (2012, p. 205) sublinham que as mulheres não acumularam experiência em cargos eletivos, por isso “a frase aparentemente

⁴ Ampla literatura discute a inefetividade das cotas e variações em seu desenho (ARCHENTI: TULA, 2007). No caso brasileiro, Araújo (2006, p. 127) nota que a candidatura feminina é mais favorecida em partidos médios e pequenos, sobretudo de esquerda, mas a relação usualmente presente na literatura entre os níveis de desenvolvimento (bem como a magnitude do distrito eleitoral) e as chances de participação ou eleição de mulheres não valem no Brasil. Miguel e Queiroz (2006) demonstram que os supostos de uma relação entre representação feminina e modernização estão longe de ser evidentes. No Brasil, o sucesso das mulheres é menor no Sudeste e Sul que no Norte e Nordeste. “Ou seja, a diferença entre a competitividade eleitoral masculina e a feminina aumenta nas regiões mais desenvolvidas do país.” (p. 368).

paradoxal, de que as mulheres não ganham eleições porque elas não ganharam eleições no passado, é uma das verdades do sistema político no Brasil”⁵.

Ao analisar como o patrimônio favorece, ainda que não garanta, o êxito eleitoral, Speck e Sacchet (2012) notam que a pior condição das mulheres na distribuição econômica é outro aspecto a ser destacado⁶. Araújo (2013) considera o fato das candidatas nos estados menores e menos desenvolvidos terem um melhor desempenho também é uma pista sobre a relação com o dinheiro. No debate sobre os fatores que respondem pela falta de impacto das cotas (ARAÚJO, 2013) sobressaem-se, além do problema da ausência de sanções, mais dois temas polêmicos: o sistema de lista eleitoral (debate sobre mudança de lista aberta a fechada, com alternância de candidatas e candidatos) e do financiamento de campanha (debate sobre financiamento público ao invés de privado). Na visão de Araújo, os partidos são muito pragmáticos, aceitando e estimulando as candidaturas que dão voto⁷. Neste contexto, assim como as mulheres são mais escolarizadas que os homens no mercado de trabalho, é possível que elas também paguem um preço pela participação política que seriam maiores exigências de capacidade eleitoral para receber investimentos dos partidos. Se os homens seriam os candidatos preferenciais, as mulheres receberiam mais recursos apenas quando claramente têm mais capital político que os homens, o que seria mais uma expressão do fato, comum em outros domínios, das mulheres necessitarem ser mais para obter resultados semelhantes aos homens⁸.

⁵ Neste contexto, a própria tendência de *reeleição* expressa um obstáculo que justifica a necessidade de mecanismos para fortalecer a *entrada* das mulheres em cargos eletivos.

⁶ “As mulheres não entram na disputa eleitoral apenas caracterizadas por sua condição de sexo ou gênero. Elas trazem atributos acumulados por sua condição de ser mulher em uma sociedade que permitiu sua emancipação em alguns setores, mas que ainda as segrega em outras áreas. As mulheres tiveram ganhos com relação ao ingresso nos sistema educacional e no mercado de trabalho, por exemplo. Mas elas ainda não alcançaram uma representação numérica comparável aos homens nos degraus mais altos da pirâmide patrimonial, se lermos o retrato das candidatas como um retrato do conjunto da sociedade.” (SPECK; SACCHET, 2012, p. 204-205).

⁷ Ela cita o caso da França em que partidos preferem pagar multas (por não cumprir as cotas previstas na lei) para garantir sua engenharia política.

⁸ É o que sugere a análise de Araújo e Borges (2012), tal como discutido por Araújo ao refletir acerca do fato das mulheres estarem sistematicamente em desvantagem: “Os autores mostraram que, isoladas todas as outras variáveis, e considerando o universo coletado, quando candidatos e candidatas tinham mais de 1 milhão de reais estas últimas tinham mais chances. Abaixo de um milhão as chances se invertiam e as mulheres passavam a ter bem menos do que os homens. Os autores ressaltaram, porém, um dado muito relevante: do total de candidatos que declararam receitas da campanha superiores a R\$1 milhão, apenas 6% eram do sexo feminino. E sugerem que ‘as mulheres possuem mais dificuldades em arrecadar mais receitas para a campanha a deputado federal, mas ao obterem mais recursos, suas chances de serem eleitas aumentam’. Uma explicação possível, a ser testada, consiste exatamente no viés de gênero. Na média, mulheres enfrentam um conjunto de obstáculos que antecipadamente limitam suas chances, e possuem menos redes de apoio financeiro, assim como estão menos em cargos, entre outros aspectos. Desse modo, quando ela consegue arrecadar mais de 1 milhão, ou quando já possuem tais recursos, conforme mostraram também e porque fazem parte de uma elite que passou por um filtro bastante estreito. Isto é claro ao observarmos o pequeno percentual de mulheres nessa faixa.” (ARAÚJO, 2013, p. 25). Já se discute que a minirreforma eleitoral vigente este ano favorece candidatos ricos, cabendo a posterior análise de seus impactos sobre a eleição de mulheres.

Dentre as razões da baixa participação e representação política das mulheres, são levantadas diversas questões em torno da dominação masculina na sociedade em geral e no campo político em particular, bem como da socialização desigual de homens e mulheres e suas implicações em termos de habitus e tipos de capitais políticos. Pinheiro (2006), por exemplo, destaca que mesmo que os impedimentos formais (para a mulher votar e ser votada) tenham sido abolidos, há barreiras introjetadas no habitus. Já Matos (2013, p. 326-327) aborda a convergência entre fatores institucionais e de cultura e socialização política, propondo um esquema de causalidades que considera as três barreiras cruciais analisadas por Norris e Lovenduski (1989) nas etapas de desejar ou aspirar aos cargos eletivos, ser escolhida pelo partido e ser escolhida pelos eleitores.

Considerando o esquema de Norris (1997) sobre recrutamento político, Miguel, Marques e Machado (2015) observam que, na primeira etapa de motivações e recursos, em quase todas as culturas os homens, diferentemente das mulheres, são socializados para ver a política como uma área de atuação legítima e, além de mais ambição política, costumam ter mais acesso a recursos materiais. Já na etapa de seleção pelos partidos, variam os graus de abertura ou não à participação das mulheres⁹, unificados no entanto pela visão pragmática de maximizar os votos, incluindo critérios vários que em geral beneficiam os homens: “itens como o passado do possível candidato no partido, os mandatos eletivos já cumpridos, a visibilidade na comunidade, posições de liderança em organizações sociais e a ocupação de cargos públicos tendem a favorecer mais os homens do que as mulheres” (p. 736). Sobre a terceira etapa, de escolha pelo eleitor, indicam que não existem pesquisas conclusivas sobre a existência ou não de preconceito contra candidatas mulheres¹⁰. Considerando todas as etapas, “em um contexto social de desprivilegiamento do ingresso feminino no campo político, o capital político transferido de familiares que pertencem ao campo político é um diferencial importante que pode alavancar candidaturas de mulheres” (p. 736).

Os autores examinam o peso do capital familiar comparativamente para homens e mulheres e encontram que o capital familiar é mais crucial para as mulheres embora seja também importante para os homens e venha aumentando entre estes (em 2010, a diferença é de apenas 6,2 pontos percentuais). Para as deputadas das legislaturas entre 1987 e 2002, Pinheiro encontrou que em 40,8% dos casos o capital político tinha origem na família. Existe

⁹Para uma análise da dimensão de gênero na seleção de candidatas(os) nos partidos, ver Álvares (2008), que aborda as variações no processo de seleção entre partidos, e mostra que são os partidos nancicos e de esquerda que apresentam o melhor desempenho na indicação de mulheres para concorrer.

¹⁰Aparentemente a violência simbólica generalizada presente em ideias como a de que política não é lugar de mulher retrocedeu bastante junto com as mudanças estruturais e culturais experimentadas pelo Brasil nas últimas décadas – não há evidência de rejeição significativa a que as mulheres sejam candidatas, ainda que existam bolsões de valores tradicionais, sobretudo entre os menos escolarizados e mais velhos (BOHN, 2008) – mas o problema passa muito mais pelas desigualdades de recursos para participar e competir.

a visão de que a entrada das mulheres pela mão das famílias as desqualifica politicamente (PINHEIRO, 2006, p. 111). Não obstante, a via familiar viabiliza recursos financeiros e estrutura de campanha que as mulheres sem parentes políticos teriam mais dificuldades de obter. Miguel, Marques e Machado (2015) destacam que, para homens e mulheres, o capital familiar incide tanto sobre a motivação para participar da política quanto sobre os recursos materiais e simbólicos necessários, duas dimensões centrais e entre as quais existe expressiva circularidade, adequando-se mutuamente aspirações e possibilidades. A presença de um familiar político favorece familiaridade, interesse, um sobrenome, além da rede de contatos eleitorais, partidários e comunicacionais.

Se a carreira política contém elementos comuns à endogenia presente nas demais atividades profissionais, os ideais democráticos evidentemente a contraindicam por ser um indício de oligarquização, reduzindo a pluralidade de posições sociais e interesses. A desigualdade de oportunidades de participação política e de resultados na representação de grupos são estudadas não apenas quanto às desigualdade de gênero, mas também de cor-etnia (CAMPOS; MACHADO, 2015) e de classe (SANTOS, 2011)¹¹. Em favor da discussão da dimensão política da estratificação social avultam análises da relação entre poder econômico e poder político, o qual contribui para a manutenção das expressivas desigualdades sociais brasileiras (MEDEIROS, 2005), visto que a elite econômica busca representação política de seus interesses, pela eleição de representantes e lobby.

Ademais, como propõe Mateo-Diaz (2006), a sub-representatividade não necessita ser vista como um problema meramente político, a ser resolvido apenas através de mudanças no sistema eleitoral, mas pode ser considerada de forma articulada ao conjunto de discriminações e desigualdades experimentadas por um grupo, de forma a buscar soluções mais fundamentais, o que remete a outras dimensões de estratificação social – ou seja, distribuição de poder – que perpassam domínios como a educação e o trabalho, que afetam as oportunidades de participar na arena política. As disparidades entre homens e mulheres nos cargos eletivos estão, portanto, enraizadas em um longo trajeto de desigualdades¹².

¹¹Segundo Avelar, há um “conjunto de regras e normas do sistema eleitoral que preserva a continuidade da ‘velha elite’ ou oligarquias partidárias” (2013, p. 300-301). Considerando dados de pesquisa de opinião da Perseu Abramo, Avelar destaca as conclusões encorajadoras no que diz respeito à confiança no preparo atual das mulheres para governar o país, o estado e a cidade, principalmente entre as mulheres mais jovens e escolarizadas. Todavia, ainda que a opinião pública se mostre favorável à entrada das mulheres na política, a maioria dos parlamentares é contra a criação de medidas que favoreçam a eleição de mulheres, negros e indígenas (60, 86 e 76% respectivamente, AVELAR, 2003, p. 301).

¹² Uma primeira ruptura foi a concessão do voto, sendo esperado que “quanto mais cedo as mulheres começaram a votar, maior a sua presença no Legislativo” (MATEO-DIAZ, 2006, p. 73). Isto é identificado pela autora em linhas gerais no caso europeu, ainda que os padrões sejam variáveis e não lineares nos diferentes países; mas não no caso do Brasil, que foi pioneiro no direito feminino ao voto mas ocupa os últimos lugares na América Latina quanto ao percentual de parlamentares. Não obstante, como reconhece a autora, o fator tempo é muito limitado, sendo importante investigar como aspectos institucionais contribuem para o aumento do poder político das mulheres, o que a leva a investigar as

Como destacam Mota e Biroli (2014), a presença reduzida das mulheres na política não é algo conjuntural, mas sim estrutural: “um desdobramento dos padrões históricos da divisão sexual do trabalho e da atribuição de papéis, habilidades e pertencimentos diferenciados para mulheres e homens” (p. 226), “um resultado e ao mesmo tempo um fator atuante na reprodução da opressão estrutural” (p. 227). Se a representação política é o ápice da dimensão estrutural das desigualdades de gênero na política, de que a reduzida eleição de mulheres é corolário, volta-se agora para questões mais prosaicas, mas não menos importantes, da participação política das mulheres em geral em espaços variados, para além dos limites da política partidária e eleitoral.

Sobre participação política, mulheres e mães: da literatura ao campo

Os espaços de participação política são variados em suas formas e em sua permeabilidade à presença feminina. É reconhecida, por exemplo, a maior presença das mulheres nos conselhos de políticas públicas (RIBEIRO, 2010), enquanto sua presença na representação eleitoral é dificultada. Olhar para o ápice do processo – sobretudo o parlamento – é o mais frequente, mas para elucidar as raízes da atual baixa representação é preciso olhar para a formação (ou não) dessas lideranças nas condições gerais de participação política das mulheres e os constrangimentos que ainda lhes pesam. Avelar (1989) considera que a prática política consiste em uma variedade de atos de participação e arenas políticas, cada uma delas com custos diferentes. Neste contexto, as mulheres seriam constrangidas a “escolher” – diante das desigualdades de gênero e de condição socioeconômica quanto às alternativas de trabalho doméstico e de cuidado – formas de participação política que sejam viáveis para elas, em cada fase da vida pessoal e familiar¹³.

experiências das cotas, considerando tanto a amplitude da reforma quanto os meios legais empregados para transformar seu conteúdo em prática. A seu ver, o sucesso das cotas está relacionado ao emprego simultâneo de mecanismos formais e substantivos rígidos, o que incluiria, por exemplo, obrigatoriedade das cotas por lei (e não sua recomendação retórica ou sua adoção informal pelos partidos) e sua aplicação à composição final do Parlamento (e não apenas no nível das candidaturas). Há variações também entre partidos quanto ao cumprimento da lei, dando chances reais ou não de eleição às candidatas, além de diferenças nos tipos de sanções e na posição das mulheres nas listas. Mateo-Diaz (2006) lembra que as cotas têm também efeitos indiretos, concedendo certo *poder de chantagem* às mulheres, uma vez que os partidos dependem delas para atender as exigências legais; partidos necessitam preservar sua *imagem* frente aos eleitores e aos demais partidos; além do efeito *simbólico* de estar de acordo com o que a sociedade considera correto. Há também riscos, como os de guetização da política, de que os novatos sejam manipulados, e de aumento de “para-quebras político”, quando partidos buscariam mulheres que sejam proeminentes mas fora da política.

¹³Ao discutir a estruturação da carreira política no Brasil, Miguel (2003) salienta a relevância de aspectos familiares na moderação das ambições, o que seria particularmente relevante para as mulheres: “A hipótese de que os políticos são ‘progressivamente ambiciosos’ é simplificadora porque não leva em conta: (a) injunções de caráter pessoal ou familiar que levam à moderação das ambições políticas (por exemplo, o desejo de permanecer morando em uma mesma cidade, que é importante sobretudo entre as mulheres — cf. AVELAR, 2001, p. 69-70); (b) processos de adequação das expectativas às possibilidades efetivas, fazendo que a ambição muitas vezes limite à manutenção dos cargos; (c) o fenômeno da ‘aversão ao risco’, que faria com que eleições razoavelmente seguras fossem desprezadas em prol de eleições ainda mais seguras para cargos inferiores, e (d) a presença

Não existem muitos dados sobre a relação entre condição na família e participação política. Dentre as análises que consideram características familiares encontra-se o estudo de Pinto, Moritz, Schulz e Moraes (2000) que investigaram o perfil das vereadoras gaúchas das legislaturas de 1992 e 1996, encontrando, quanto às características familiares, que predominantemente eram casadas, possuíam dois filhos, os quais em mais de 50% dos casos tinham idade igual ou superior a 18 anos. Os autores observam que a maternidade esteja entre os fatores que contribuem para a entrada tardia na carreira política, destacando também as dificuldades de obter espaço nos partidos. Os autores consideram que, se usualmente as mulheres chegam a política por laços familiares ou militância (partidária e sindical), ambos os ingredientes estão presentes entre as vereadoras pesquisadas: mais de 80% possuíam familiares com participação política, mas um percentual semelhante havia participado de movimentos sociais¹⁴.

Já a análise de Araújo e Alves (2007), considerando dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre candidatos(as) a deputado estadual nas eleições de 2002, inquiriram, entre outros aspectos, se a conjugalidade interfere e se tal interferência é diferente segundo o sexo, visto que há evidências na literatura de que “o percentual de homens casados, sobretudo entre parlamentares federais, é bem mais elevado do que o de mulheres, ao passo que entre as mulheres os percentuais de divorciadas e/ou solteiras são mais altos do que entre os homens” (p. 545). Ao proporem modelos ajustados separados para homens e mulheres, notam que as chances das mulheres serem eleitas crescem após os 35 anos e que elas estão mais frequentemente que os homens na faixa etária de 45 a 59 anos, sugerindo adiamento da carreira política e/ou que as mulheres levam mais tempo para construir uma carreira política. Lembrando que este perfil etário afeta as variáveis familiares, notam que, quando se olha internamente para os eleitos, “há bem mais mulheres solteiras, separadas ou divorciadas do que homens” (p. 555).

Souza (2014), ao analisar a trajetória política de 10 parlamentares capixabas, destacou os custos para a vida familiar, seja pelos desafios de morar em Brasília e muitas vezes deixar a família em seu estado de origem, seja pelas escolhas de não casar e/ou não ter filhos para priorizar a carreira política. Observou situações de mulheres candidatas incentivadas por homens que arquitetam as decisões políticas dos partidos de forma pragmática, cabendo a elas o desafio de convencer seus maridos a aceitar suas candidaturas, ainda quando eles também eram políticos. Já Grossi e Miguel (2001), ao relatar a experiência do “Seminário Mulheres na Política – Mulheres no Poder”, destacam que as formas de

de motivações para a ação política e para o exercício de cargos públicos que não se resumem à busca por poder.”

¹⁴As pesquisadas majoritariamente tinham entre 41 e 50 anos e escolaridade elevada. A maior parte se encontrava em primeiro mandato, mas muitas já haviam exercido cargos públicos anteriores (44% em 1992 e 27% em 1996).

conciliação da carreira política com a vida familiar havia sido um tema não previsto que emergiu nos depoimentos e acabou merecendo uma seção em seu relato. Alguns depoimentos evocavam os variados impactos da esfera privada nas oportunidades de participação na vida política e os custos emocionais maiores para as mulheres do que para os homens da atividade política. As autoras recordam que a política é uma carreira – e particularmente exigente – o que coloca o problema da conciliação com a vida familiar em termos semelhantes ao debate sobre articulação família-trabalho. Igualmente, soluções frequentes entre as demais mulheres trabalhadoras com melhor condição socioeconômica são mobilizadas, como a contratação de serviços domésticos e de cuidado.

Burns, Schlozman e Verba (1997) discutiram as visões feministas em torno da ideia de que enquanto as mulheres não obtiverem igualdade na vida privada elas não alcançarão igualdade na vida pública. Há equívocos na leitura inicial dos autores, pois os estudos feministas e de gênero em geral não apregoam que é preciso transformar uma dimensão primeiro que outra, na verdade, mensuram e analisam diferentes aspectos das desigualdades de gênero em diferentes dimensões da vida social (e as mudanças que ocorrem em geral simultaneamente, ainda que em ritmos e direções variáveis, ou seja, sem qualquer teleologia ou expectativa de alcançar o sentido de igualdade normativamente pretendido). Nos estudos sobre desigualdades de gênero reconhece-se a inter-relação entre diferentes esferas, visto que a dedicação a uma ou outra é afetada por desde os aspectos mais rotineiros dos usos do tempo (tendo o dia 24 horas igualmente para homens e mulheres, mas sendo preenchido de formas muito diferenciadas conforme expectativas culturais e práticas sociais que fundamentam desigualdades estruturadas e duráveis entre os sexos, que são justamente objeto de vasta produção dos estudos de gênero) até os debates mais filosóficos, normativos ou empíricos relacionados às várias nuances da divisão simbólica e material entre público e privado.

Os autores buscaram mensurar, para os Estados Unidos, o impacto que a vida familiar tem para a participação política, questionando que usualmente esta relação seria suposta autoevidente ou que as evidências são apresentadas em partes separadas. Observam que a vida familiar afeta a participação política de ambos os cônjuges, mas mais dos maridos, os quais se beneficiam do exercício do poder em casa como um incentivo ao exercício do poder na esfera política¹⁵. No caso das mulheres, consideram que o tempo livre não é uma dimensão relevante, importando mais as crenças do que os recursos tangíveis¹⁶.

¹⁵“When it comes to the husband's participation, what seems to matter is whether he is boss at home. Husbands who exercise greater power over the family exchequer and who have relative autonomy in the use of small amounts of time are more likely to be active in politics. In short, an egalitarian arrangement does not empower a husband for politics; exercising power at home does.” (p. 382).

¹⁶ “Instead, the less tangible aspects of a couple's domestic life seem to affect wives' activity. Having or controlling the stockpile of family time or money is not what counts. Rather, the wife who enjoys respect

Observam que o tempo livre das pessoas tem muito menos efeito em sua atividade política do que o seu nível de educação ou interesse por política, mas reconhecem que, além do tempo, há o impacto das crenças sobre papéis de gênero apropriados. No entanto, o interesse por política também é fruto da socialização de gênero, evidenciando a complexidade da relação entre participação política feminina e relações familiares. Se o nó de tantas e densas relações não pode ser evidentemente desfeito nos limites deste artigo, alguma luz pode ser lançada sobre a questão, considerando as tensões e imbricações entre vida familiar e participação política de mulheres que são mães.

Como destacou Phillips (2001), o fato das mulheres serem as principais cuidadoras tem enormes impactos sobre a estrutura do mercado de trabalho e do poder político. As interações entre a maternidade e a política são marcadas por várias restrições, como a carga de trabalho doméstico e de cuidado que dificulta a participação política das mulheres. Nesta seção, analisam-se dados de entrevistas e observação em contextos de participação política feminina, incluindo uma reunião regular de um conselho de gestão de políticas e uma conferência municipal de políticas para mulheres, estratégia empregada para identificar mães na política, resultando em oito entrevistas com longa duração e várias interações com pequena duração durante a conferência. Os critérios de inclusão das entrevistadas eram ser mãe e participar em qualquer organização política (partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais etc.)¹⁷. Os dados foram coletados entre julho e setembro de 2015, em uma capital e uma cidade de 500 mil habitantes, ambas localizadas na região Sudeste. Embora os dados recolhidos não sejam suficientes para uma comparação sistemática, a escolha de dois contextos diferentes buscou obter maior diversidade e alargar o leque de experiências e opiniões.

Nas entrevistas ficou evidente que são restritas as situações em que partidos e movimentos sociais têm espaços – creches ou "cirandas" – para cuidar das crianças durante as reuniões. Neste contexto, arranjos variados se formam. Por exemplo, uma entrevistada, mãe de duas crianças de 5 e 11 anos, que milita em associação de moradores, movimento negro e economia solidária, disse que quando seus filhos nasceram, ela precisou reduzir sua participação. Ela eventualmente levava consigo seus filhos pequenos para atividades políticas e os colocava para dormir juntando duas cadeiras, o que causava estranheza. Ela ouvia críticas de pessoas que diziam "em vez de cuidar de seus filhos, ela está em movimentos." Ela conta com a ajuda de sua mãe e seu marido para cuidar dos filhos, alcançando uma

from her husband and who believes in equality of the sexes at home is, all else equal, likely to be somewhat more active in politics. Thus, control over resources matter for men; beliefs about equality matter for women." (p. 384).

¹⁷Mesmo na conferência específica sobre mulheres foi difícil encontrar entre as mulheres participantes mães de crianças, o perfil mais encontrado eram mulheres com filhos crescidos ou mulheres jovens que não eram mães.

divisão igualitária na vida privada e contando com o apoio de seu marido em sua participação política, mas mesmo contando com maior apoio familiar do que outras mães, ela destaca a necessidade de uma melhor estrutura de atendimento público para permitir que as mães se dediquem ao trabalho remunerado e à política.

Como destacou Sacchet (2009), a negligência das demandas de grupos específicos implica um tratamento especial de grupos hegemônicos. No contexto analisado, levar crianças pequenas para reuniões políticas é visto como perturbador das fronteiras público-privado. Uma mulher negra, ativista em movimento popular, que havia sido candidata, contou que, em um evento do partido político, alguém se queixou sobre a presença de uma criança pequena dizendo que ali não era lugar para crianças, o que foi contestado por ela em público, afirmando que ali era sim lugar para crianças. Este episódio, assim como o episódio da militante que levou seus filhos para reuniões políticas, sugere que as mulheres de classe baixa, que não apoiam sua participação política em arranjos de trabalho doméstico remunerado, possuem maior consciência e questionam mais os limites da esfera política.

Mesmo quando existem creches em sindicatos e partidos, as entrevistadas reconhecem que estas eram o resultado de muita pressão política das integrantes mulheres, o que ocorria mesmo em sindicatos de categorias majoritariamente femininas ou em partidos de esquerda com “uma postura progressiva e avançada”, nas palavras de uma entrevistada. As pesquisadas destacam a falta de serviços de cuidado de crianças – e outros serviços de assistência a idosos, doentes etc. – como um fator complicador da participação política das mulheres, especialmente porque muitas reuniões ocorrem à noite. A maior parte das entrevistadas, no entanto, narram que têm contado com a ajuda de suas mães, algumas com a ajuda de seus maridos e, aquelas com melhores condições econômicas, com empregadas domésticas. Esta participação política facilitadas nas classes altas foi citada por uma entrevistada, ao recordar a mulher que cuidou de seu filho para que ela se dedicasse a um cargo político: “Hoje é mais fácil, porque há a creche, a escola, mas não existia anteriormente. As mulheres tornaram-se mais independentes devido ao trabalho de outras mulheres [empregadas domésticas] que alcançaram os direitos trabalhistas só recentemente”.

Por outro lado, é comum que as mulheres que conseguiram conciliar a vida familiar e a vida política durante a infância de suas filhas e filhos percebam-se como mães atípicas, como uma sindicalista e conselheira que diz a seus filhos que eles poderiam ter escolhido nascer de uma “barriga sedentária”, mas elegeram uma “barriga nômade”. Algumas entrevistadas relataram que a entrada na esfera política é mais exigente com as mulheres, as quais necessitam maiores qualificações profissionais e um enorme espírito de luta para obter progresso profissional e político (AVELAR, 1996, p. 69). Estes problemas mostram-se mais graves para as mães que são ativistas, as quais não apenas têm que “dedicar muito mais; tem também a jornada em casa, a jornada com os filhos”, que também é causa de frustrações

e angústias: “Meu filho, eu acho que ele teve muito pouco de mim. Não é só a qualidade do tempo que importa, eu acho que a quantidade também.”, explica uma entrevistada.

Além de acumular custos pessoais e familiares de sua participação política as entrevistadas destacaram que, embora as mulheres são a maioria em alguns movimentos, elas frequentemente votam em homens para posições de liderança. Mesmo em áreas em que elas são expressiva maioria, como as de educação e direitos humanos, as posições de liderança são ocupadas majoritariamente por homens e elas enfrentam estranheza e necessidade de reafirmação constante quando alcançam uma posição de destaque. A criação de secretarias ou áreas específicas sobre a mulher em movimentos e partidos é outra expressão de uma inclusão política marginalizada. Como nota Avelar (1989, p. 42), a criação de um setor especial ao mesmo tempo incorpora e isola, reconhecendo as suas diferenças mais do que sua igual condição (AVELAR, 1989, p. 42). As cotas não foram suficientes para reverter este quadro, gerando mesmo situações paradoxais, como a de uma ativista que, depois de seus filhos cresceram, tem sido candidata por partidos diferentes para negociar apoio para as suas ações sociais, argumentando que é preciso estar acima dos conflitos ideológicos entre partidos para avançar sua agenda. Questionou igualmente o fato dos partidos direcionarem mais recursos aos homens, os quais seriam beneficiados também por mais relações sociais com “homens de negócios” que apoiariam as candidaturas deles. Logo, sua percepção é de que as desigualdades na distribuição de recursos dos partidos são agravados pelo fato de que as mulheres têm menos capital social. As mulheres também reagem criticamente a práticas que reificam seu papel secundário na política e na sociedade, como quando esta candidata a vereadora questionou o fato de que seu partido pediu-lhe para trazer “uma toalha de mesa bonita” em uma recepção, tendo ela se recusado a cumprir este mandato de cuidadora.

Mulheres na política e mães: vozes, silêncios, capitais e armadilhas

As mulheres que galgaram os degraus e passaram por todos os filtros para chegar à representação política feminina enfrentaram variados obstáculos. O número de mulheres que atravessa esse gargalo é pequeno, e suas falas, recolhidas em coletâneas com depoimentos ou entrevistas das mulheres presentes na política, em especial nas casas legislativas, ilustram como interatuam os percursos familiar e político, e múltiplas interpretações sobre as (im)possibilidades de mulheres e mães na política. Outra fonte de informação são dados disponíveis na internet, em sites do poder legislativo ou páginas pessoais de parlamentares. Braga e Nicolás (2008) destacam algumas vantagens (estudar a população inteira, propondo e articulando múltiplas variáveis) e desvantagens (o caráter precário das informações na ausência de formulários-padrões e o risco de ocultamento de informações relevantes em favor de “vitrines virtuais”) do emprego de dados da internet. Portanto, é preciso considerar que as informações disponíveis sobre o perfil dos

parlamentares estão articuladas com a questão da comunicação pretendida por eles em face da opinião pública, ademais da *accountability* com os cidadãos¹⁸. Cientes das limitações de tais informações e das intencionalidades que permeiam sua divulgação, apresentam-se algumas informações preliminares¹⁹ sobre mulheres políticas, através da consulta a páginas pessoais e notícias em que houvesse menções a relações familiares, seus maridos e filhos/as.

Ser mulher e mãe na política brasileira é uma bandeira ou um peso? Um bônus ou um ônus? Tais imagens são capitalizadas, gerando um tipo de capital específico, feminino, materno? Se sim, como interagem, em que medida as mulheres são enquadradas, percebidas como mães em detrimento de outras identidades e interesses femininos? Em que medida tais imagens servem de limites para a atuação política das mulheres e as enquadram/segregam em espaços de menor poder?

A diferença representada pelo feminino pode ser valorizada e associada à ética. O senso comum de que as mulheres trazem afeto e sensibilidade para a política ou que haveria uma forma feminina de exercer o poder foi exaustivamente criticado, considerando os pressupostos e implicações da “política do desvelo” (MIGUEL, 2000). Dentre os estereótipos da mulher na política, Pinheiro (2006) destaca que as características pretensamente inatas de honestidade, espírito comunitário, sensibilidade e capacidade de conciliação são, paradoxalmente, uma espécie de capitalização da falta de capital político, em que a inexperiência ou menor trajetória política feminina estariam aliadas à ideia de uma ruptura com a tradição política e a corrupção. Segundo Pinheiro (2006) existe a ideia de que as mulheres diminuiriam a aridez e rispidez da forma de fazer política, mas a frequente afirmação de não intencionalidade para ter entrado na política sugere que a associação entre poder, ambição e mulher não está resolvida.

Como corolário do altruísmo atribuído às mulheres e dentre as evidências em favor da tese “maternalista” está realmente o fato de que as mulheres se dedicam mais a temas sociais, o que está relacionado a diversos aspectos, como sua formação profissional, resultado da segregação no mercado de trabalho, e a divisão do trabalho dentro do campo

¹⁸ Neste contexto, os autores sublinham que pelos menos dois pontos de vista devem ser considerados ao utilizar dados da web: “[...] procuraremos integrar duas áreas de pesquisa geralmente separadas nos estudos sobre as elites políticas, especialmente as elites parlamentares: i) por um lado, os estudos sociológicos sobre recrutamento, perfil, valores e comportamento político-ideológico de tais elites; ii) por outro lado, os estudos sobre como tais elites dirigentes comunicam-se e interagem com a opinião pública e com os cidadãos de uma maneira geral por meio dos recursos dos meios de comunicação. O suposto de tal reflexão é que a disponibilidade de tais informações na web é um fator de fundamental importância para o estreitamento das relações entre representantes e representados, bem como para a promoção de maior *accountability* do sistema político e dos atores nele atuantes para com os eleitores e os cidadãos de maneira geral.” (2008, p. 108)

¹⁹ O banco de dados ainda se encontra em construção. O objetivo é aprofundar informações sobre a dimensão familiar das parlamentares, aspectos sobre o qual há poucas informações. Sobre esta dimensão, os dados disponibilizados pelo TSE permitiriam apenas análises dos candidatos por sexo, idade e estado civil (informação que não capta o real status familiar), em suas variações por cargo concorrido e região.

político que as relega a áreas menos prestigiosas²⁰. Ou seja, trata-se dos dilemas da segregação e das desigualdades de gênero na divisão do trabalho dentro e fora do campo político. Souza (2014) observou que a produção legislativa das parlamentares capixabas é predominantemente na área social. Na análise de Pinheiro (2006) sobre deputadas brasileiras no período 1987 a 2002 quanto à distribuição da produção legislativa por áreas, nota-se que mais da metade dos projetos referem-se à área social. As mulheres parlamentares – assim como os homens – evidentemente não são todas iguais. Segundo Pinheiro, há diferenças na intensidade da atividade propositiva, que é maior entre as mulheres com trajetória de participação social. Já as deputadas com tradição familiar são as que menos atuam em questões de interesse específico das mulheres, como saúde sexual e reprodutiva ou violência.

A produção legislativa feminina é afetada pela sua forma de inserção no campo político. A aprovação de projetos, que é baixa em geral, é ainda menor para as mulheres, devido a sua menor acumulação de capital político em carreiras menos longas. A preocupação das mulheres com a área social e sua capacidade de inserir na agenda política temas relacionados aos interesses das mulheres ou outras temáticas sociais são usualmente apontados como razões para a importância de sua participação política – diferentemente, não se diz que os homens são necessários na política para representar interesses dos homens, estes já são pretensamente considerados representantes de “interesses gerais”, ainda que representem ruralistas, empresários, planos de saúde etc. É no caso feminino que junta-se representação descritiva e substantiva como uma obrigação (e não uma possibilidade, a ser empiricamente analisada em cada contexto).

Neste contexto, a “política da ausência” (por oposição à ideia de política de presença) tem favorecido articulações suprapartidárias em torno de interesses femininos, seja incentivadas pelas eleitoras e movimentos sociais²¹, seja como uma estratégia de sobrevivência num contexto de supremacia masculina. O fato de ser uma bancada pequena as incentivou a concentrar em temas de interesse da mulher, montando no parlamento estruturas semelhantes às secretarias de mulheres nos partidos. É possível que, ao crescer a participação política feminina, elas se sintam menos responsáveis (quase guardiãs) por

²⁰Há áreas políticas desvalorizadas por serem consideradas femininas mesmo quando ocupadas por homens. “Às vezes, os lugares considerados ‘femininos’, mesmo quando ocupados por homens, são desvalorizados, como analisou Ari Sartori a respeito da estigmatização dos homens que ocupam os cargos de *cultura* e *formação* no mundo sindical. É inegável que há uma ‘cultura machista’ muito presente em diferentes instâncias políticas, sejam elas de direita ou de esquerda. O fato de a grande maioria dos partidos políticos não terem adotado, ainda, uma política interna efetiva de inclusão das mulheres em cargos de direção, e de muitos deles se considerarem livres de tomar tal atitude, usando como justificativa a aprovação da lei de cotas para as eleições proporcionais, nos mostra que as mulheres e os homens têm ainda um campo imenso de desafios e de possibilidades, na construção de diferentes relações de igualdade.” (GROSSI; MIGUEL, 2001, p. 194)

²¹ Ademais das eleitoras, outros grupos discriminados compõem públicos que são suas bases eleitorais.

temas relativos às mulheres. Este lugar de defensoras de interesses suprapartidários femininos foi conhecido como “Lobby do Batom” na constituinte e conta hoje com órgãos (secretaria, procuradoria) que ajudam a organizar a bancada feminina (algo louvável e necessário num contexto em que há muitas e mais fortes bancadas em torno de outros interesses e que ameaçam inclusive os direitos femininos). Pinheiro (2006) destaca que existe expectativa – e pressão – de que as mulheres eleitas defendam interesses femininos mesmo que estas não tenham sido suas bandeiras de campanha.

Por outro lado, Pinto, Moritz, Schulz e Moraes (2000) questionam os limites quanto ao reconhecimento das mulheres simplesmente como cidadãos lutando por seus direitos e destacam que “por muito tempo, as mulheres, para serem aceitas no mundo público, do trabalho e da política, tinham de escolher entre duas posições: ou tratavam de fazer com que os homens esquecessem que eram mulheres, ou, diferentemente, apareciam somente como mães, esposas, professoras ou até mesmo objeto sexual” (PINTO; MORITZ; SCHULZ; MORAES, 2000, p. 48). Citam depoimentos de vereadoras que ilustram diferentes facetas das definições da política como um não lugar feminino, como “Penso que as facilidades encontradas são poucas e se devem ao fato de que os homens se assanham apenas porque somos mulheres, mas, na hora da discussão, das propostas, nossas ideias ‘não são ouvidas’” (p. 49); ou “Só somos bem aceitas se nos dedicarmos de corpo e alma para a assistência social do menor, do idoso e do doente” (p. 54)²².

Dentre os estereótipos de gênero presentes no campo político, a maternidade pode e tem sido mobilizada politicamente. Ramos (2015, p. 105) observa que os papéis privados, especialmente o de mãe, é considerado digno em oposição aos papéis políticos considerados indignos. Na situação que Ramos chama de “estereótipo benevolente da feminilidade virtuosa”, supõe-se que as mulheres se comportariam na política como mães honestas e sensíveis, preocupadas com o bem-estar social. A mobilização deste estereótipo “essencializa” a participação política das mulheres e desencoraja as mulheres a participar da política, diante da ideia de que é necessário protegê-las contra a “lógica de corrupção” que rege a atividade política. Não obstante, a condição de mães em certos contextos levou as mulheres para a atividade política, elevando a sua mobilização, como destacado no caso de Mães de Acari (LEITE, 2004) e o exemplo paradigmático das Mães da Plaza de Mayo, na Argentina. Neste sentido, mais do que um capital político, o maternalismo pode ser um “motor/catalizador” para a participação política, o que também se observou na luta de mães por creches nos anos 1970 (ROSEMBERG, 1989).

²² Dilma dava especial destaque à mulher-mãe em seus discursos. Em seu governo foram implementadas importantes ações em favor da primeira infância, como apoio federal a construção de creches e o Programa Brasil Carinhoso. Em seu mandato também foi aprovado o Marco Legal da Primeira Infância e a inclusão obrigatória de crianças de 4 e 5 anos na educação infantil.

A maternidade funciona também como armadilha, inclusive pela dupla moral que recai sobre as mulheres na política, experimentando elas um controle do comportamento pessoal e familiar mais rigoroso que o dos homens (basta comparar a aceitação do comportamento de playboy de Aécio com o caráter assexuado esperado das candidatas). Dentre as concepções convencionais de gênero mobilizadas estrategicamente (ou das quais pode-se buscar escapar, ainda que com os ônus da opinião pública e do viés da mídia) nas campanhas políticas, Mota e Biroli (2014) oferecem uma discussão da campanha de 2010, na qual os temas de família e aborto receberam destaque na cobertura Jornal Nacional. Notam que é a vida privada da mulher que é questionada na medida em que elas é que fogem ao estereótipo da política como lugar masculino.

A imagem familiar na política também é importante para os homens – basta lembrar o destaque dado ao batizado dos filhos de Aécio Neves durante a campanha eleitoral de 2014²³. Se qualquer pessoa com vida pública está sujeita a invasões e julgamentos sobre sua vida privada, a “dupla moral” também incide na esfera política, implicando maiores cobranças e repercussões no caso das mulheres, do que são exemplos notórios a cobertura da separação de Marta Suplicy²⁴ e os já referidos ataques misóginos sofridos pela presidente Dilma Rousseff. Ademais, críticas ao capital familiar são direcionadas não aos homens, mas às mulheres na política²⁵. Cecília Ferramenta (deputada estadual, PT-MG) questionou a discriminação sofrida por ser esposa de outro político:

Na minha trajetória enfrentei um forte obstáculo que foi o fato de ser reconhecida apenas como esposa do Chico. Tive que provar que tinha luz própria, que tinha meu valor, que não era só a mulher dele. E até hoje, depois

²³ Ver por exemplo notícias de 28 set. 2014, uma semana antes do primeiro turno da eleição: “Depois do batismo, Aécio disse que já ganhou as eleições. ‘Não preciso nem esperar abrir as urnas para saber se sou vitorioso. Eu já ganhei’, afirmou mostrando os bebês.” (disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,aecio-diz-em-batizado-dos-filhos-que-ja-ganhou-as-eleicoes,1567547>, ver também: <http://oglobo.globo.com/brasil/aecio-batiza-os-filhos-na-historica-sao-joao-del-rei-14073083>). A maternidade também foi evocada na eleição de Dilma, quando Lula a denominou “Mãe do PAC” (ver, por exemplo, “Dilma é a ‘mãe’ do PAC, diz Lula em morro do Rio”, em 7 mar. 2008. <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,dilma-e-a-mae-do-pac-diz-lula-em-morro-do-rio,136437>). Em entrevista Fátima Pacheco Jordão considera que a sub-representação feminina na política está relacionada ao fato de que as mulheres estão na periferia dos partidos, e argumenta: “A nossa presidenta chegou ao poder por influência e desejo pessoal, não partidário, do ex-presidente Lula” (Disponível em: <http://www.idec.org.br/em-acao/revista/da-para-achar-o-caminho/materia/representacao-e-direitos-da-mulher>). Acessos em: 13 jun. 2016.

²⁴ A separação foi objeto de esclarecimentos no programa eleitoral da então prefeita de São Paulo e candidata à reeleição (que coincidentemente não se reelegeu), que mobilizou depoimentos do ex e do então marido, além dos filhos e netos (ver, por exemplo, 18 ago. 2004, <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,marta-explica-no-horario-eleitoral-por-que-se-separou-de-suplicy,20040818p9232>). Marta Suplicy afirmou-se politicamente como defensora dos direitos das mulheres, beneficiando-se, além do marido político, de capital político angariado através dos meios de comunicação, como destaca Miguel (2003, p. 131): “A sexóloga Marta Suplicy, Deputada Federal também por São Paulo, tornou-se referência feminista graças a seu quadro no programa *TV Mulher*.”

²⁵ Deve-se notar que a herança familiar não está restrita à direita do espectro político. Álvares (2008) menciona exemplos de situações em que esposas e irmãs de políticos cassados em regimes militares foram eleitas apoiadas nos nomes deles.

de oito anos como deputada, ainda esbarro neste tipo de preconceito.” (SOMARRIBA, 2014, p. 31).

Pioneira no acesso a licença maternidade, Jandira Feghali considera que a parlamentar mulher tem obrigação de levantar bandeiras de gênero, mas considera pobre a ideia de que se deva votar em mulher apenas por ser mulher, já que nem todas as mulheres nos representam. Recorda polêmicas envolvendo colegas acusadas de serem lésbicas por não terem filhos e as pressões religiosas contra candidatas que defendem o aborto. Alvo em 2006 de uma fotomontagem em que supostamente teria posado para a Playboy, Heloisa Helena foi frequentemente criticada por sua simplicidade no vestir (cabelos presos, calça jeans, blusa branca). Ela questiona a cobertura jornalística das mulheres na política, focada na aparência e estereótipos: “não me preocupo se chorar tira voto, porque pode parecer que é fraca; se ser braba tira voto, porque pode parecer histérica ou raivosa. Agora, que a mídia é desqualificada e tem um comportamento inaceitável ao tratar dessa forma, isso tem”, concluindo que “só tem cicatrizes na alma quem esteve no campo de batalha fazendo o que acredita” (PAIVA, 2008, p. 78, 80). Ela evoca ainda o problema da tripla jornada das mulheres na política:

Para uma mulher que tem filho, que tem a dupla jornada de trabalho, a participação no movimento social ou na estrutura partidária é a tripla jornada de trabalho. E muitos homens gostam que suas mulheres não estejam disputando cargos eletivos, disputando eleições de sindicato, porque elas estarão cuidando da sua vida cotidiana e dos seus filhos, para que eles possam brilhar no mundo do trabalho, ou desbravar caminhos no mundo. (PAIVA, 2008, p. 68).

As novas gerações de mulheres na política vem gerando polêmicas ao trazer literalmente a maternidade para dentro do parlamento. Pelo menos desde 2009 a imprensa registra vários casos no mundo de políticas que levaram seus filhos e/ou os amamentaram nos parlamentos: a dinamarquesa Hanne Dahl, a italiana Licia Ronzulli, as espanholas Iolanda Pineda, Monica Garcia e Carolina Bescansa, a argentina Victoria Donda Pérez ou a chilena Camila Vallejo. No Brasil, Manuela d'Ávila – cujo primeiro mandato foi aos 22 anos, representante no Brasil de uma geração de políticas jovens que vivenciam a trajetória política junto com a formação de família ensejando mudanças de padrões que precisam ser analisadas – amamentou a filha na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e postou foto amamentando na internet, recebendo e respondendo críticas, problematizando a conciliação entre maternidade e trabalho e defendendo legislação que garante o direito a amamentar em locais públicos (já aprovadas em estados como Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo, e em algumas cidades). Os pressupostos da política como esfera masculina é objeto de outras observações “bizarras”, como da não existência de banheiros femininos em parlamentos (no Senado brasileiro, este direito foi adquirido em

2016), assim como em tribunais de justiça, diante da não previsão de que as mulheres chegassem a estas esferas.

Considerações finais

Tomando como ponto de partida a reflexão sobre as dimensões em que a revolução de gênero avança mais ou menos, a sincronia entre a parca mudança na divisão do trabalho doméstico e de cuidado e da representação política incentiva a pensar os dois aspectos em diálogo, considerando os limites e possibilidades da participação política de mulheres que são mães. As evidências da maternidade como fator dificultador da participação política feminina superam seus potenciais benefícios evocados nos estereótipos das virtudes maternas das mulheres na política. Os ideais maternos que privatizam e despolitizam o debate público tampouco trouxeram benefícios em termos de políticas que atendam os interesses de mães. Como mostram Romero e Kerstenetzky (2015) políticas de conciliação trabalho-família (como creches e licenças para cuidado) não são frequentes e em geral não são reivindicados com base na igualdade de gênero. Além de não poder afirmar que a representação descritiva garantiria a representação substantiva – e a história brasileira mostrou a importância da *advocacy* (RANGEL, 2012) na ausência de uma bancada feminina expressiva –, o simples aumento do percentual de mulheres também não previne o risco de eleger mulheres representantes “fantoques” que dupliquem a representação de seus pais ou maridos.

Restam muitas outras questões a serem pesquisadas. Em especial, é preciso indagar sobre as diferenças nas trajetórias familiares de homens e mulheres na política, avaliando (como é comum nos estudos sobre trabalho, acerca da *child penalty*) em que medida ter filhos funciona de forma variável para homens e mulheres como prêmio (para eles) ou penalidade (para elas). Importa também qualificar a presença das mulheres na política: quem são estas mulheres? Seu perfil é tão elitista como os homens? Ademais, a análise dos perfis de mulheres, homens e famílias na política merece também ser investigada em articulação com outras desigualdade na participação e representação política, como as interseccionalidades com raça e classe. A análise das desigualdades políticas como expressão e meio da concentração de outros capitais na sociedade brasileira (MEDEIROS, 2016) deveria estar entre os desafios para a discussão de uma reforma política capaz de promover, efetivamente, democratização social. Como lembram Miguel e Queiroz (2006, p. 383), “É necessário ter mais mulheres vereadoras, prefeitas, deputadas, governadoras, senadoras. Porém, é necessário também ter mais negras e negros, mais trabalhadoras e trabalhadores.”

A participação em atividades assistenciais e de caridade por muito tempo foi a marca de mulheres na política – inclusive primeiras-damas – associadas ao papel de cuidadoras. Existe também uma analogia entre o lugar subordinado do cuidado na sociedade e na política: assim como o cuidado é serviço menor exercido por mulheres de forma

remunerada (empregadas, cuidadoras) ou não (donas de casa, mães, avós) em espaços privados (nos domicílios) ou públicos (professoras, sobretudo se escolas infantis); na política temas sociais são atribuídos às mulheres, o que também se reflete no seu lugar secundário nas prioridades de políticas e no peso no orçamento (como combate à pobreza ou creches).

A superação da dominação masculina na esfera política é um dos desafios mais difíceis de serem alcançados e, em grande medida, elemento chave para aprofundar a democratização das relações de gênero nas demais esferas – o que também supõe avançar em outra concepção de sociedade, que inclua políticas públicas de cuidados (MONTAÑO, CALDERÓN, 2010). Estes desafios convidam a repensar a dualidade entre público e privado, destacando a relevância política de relações que se desenvolvem na esfera privada, como as de dependência e cuidado – pois, do contrário, o silêncio sobre as relações de poder na vida privada implica que “todo um conjunto de problemas, temas e experiências é excluído do debate e da agenda política” (BIROLI, 2013, p. 134) – e, igualmente, reconhecendo o impacto das relações privadas na participação política, a partir de evidências que levam a questionar as mistificações das idealizações maternalistas que permeiam a política.

Permito-me uma pequena digressão literária para concluir estas notas provisórias sobre um tema complexo a merecer outros estudos. No conto “Uma sociedade” de Virginia Woolf, um grupo de amigas, após ponderar que as mulheres “povoaram o mundo” e os homens “o civilizaram”, propõem-se fazer uma sociedade para investigar os resultados.

Constituímo-nos assim numa sociedade de fazer perguntas. Uma de nós iria visitar um navio de guerra; outra iria se esconder no gabinete de um erudito; uma terceira assistiria a um encontro de homens de negócios; e todas deveríamos ler, ver quadros, ir a concertos, andar de olhos bem abertos nas ruas e fazer perpetuamente perguntas. Éramos muito jovens. Vocês podem calcular nossa ingenuidade se eu lhes disser que naquela noite, antes de nos despedirmos, concordamos que o objetivo da vida era formar boas pessoas e produzir bons livros. Nossas perguntas seriam direcionadas para saber até que ponto esse objetivo era atualmente alcançado pelos homens. (WOOLF, 2005, p. 169)

Tempos depois, reúnem-se para avaliar os resultados de suas investigações.

“Senhoras, temos de tentar resumir os resultados”, ia dizendo Jane, quando um rumor, que há algum tempo já se ouvia pela janela aberta, abafou sua voz.

“Guerra! Guerra! Guerra! Declaração de guerra!”, gritavam homens na rua embaixo.

Entreolhamo-nos horrorizadas.

“Que guerra?”, gritamos. “Que guerra?” Lembramo-nos, mas tarde demais, de que nunca tínhamos pensado em mandar ninguém para a Câmara dos Comuns. (WOOLF, 2005, p. 179)

Este conto, escrito dez anos antes de *Um teto todo seu*, prenuncia o argumento de seu livro mais conhecido onde reflete sobre as possibilidades das mulheres exercerem a

criação, especialmente a criação literária, em contraposição às expectativas tradicionais em torno da maternidade. Neste conto, diante do dilema entre parir ou civilizar como uma antinomia de gênero, um grupo de mulheres se propõe a investigar e avaliar o que os homens fizeram dos domínios que pretensamente civilizaram. Visitaram diferentes espaços de poder (científico, econômico e militar) e constataram em todos o não lugar (ou o desconforto) feminino. Apenas quando escutam homens nas ruas gritando, anunciando uma guerra, se dão conta de que esqueceram de enviar alguém a Câmara dos Comuns, para perscrutar o espaço do poder político. Se repetidas hoje estas investidas, os cenários encontrados seriam certamente outros diante dos avanços femininos em distintas áreas. Não obstante, para nós, contemporâneos, este esquecimento continua revelador, pois a política é certamente um dos domínios em que menos se avançou a revolução de gênero, ou sua dimensão (quase) esquecida.

As reflexões de Woolf sobre as desiguais possibilidades das mulheres participarem em diferentes espaços sociais, em suas variações no tempo e no espaço das sociedades, podem ser somadas às reflexões de Perrot (1998) que nota que os domínios mais resistentes à entrada feminina são a política, o militar e o religioso. Dos três domínios, a política é o que reúne maiores razões de insuportabilidade por agregar atributos de exercício da cidadania, representação de interesses e participação em decisões que afetam a vida de todos. O texto de Woolf, autora tão rica em imagens sobre a dominação masculina como reconheceu Bourdieu (1999) que a cita exaustivamente em *A dominação masculina*, continua a nos provocar acerca do longo caminho por percorrer para que a política deixe de se apresentar predominantemente como uma janela aberta pela qual se ouvem rumores masculinos do espaço público que abafam as vozes de mulheres situadas no privado.

Referências

- ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Mulheres Brasileiras em Tempo de Competição Eleitoral: Seleção de Candidaturas e Degraus de Acesso aos Cargos Parlamentares. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, p. 895-939, 2008.
- ARAÚJO, Clara. Condicionantes institucionais das políticas de cotas. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; RENNÓ, Lúcio R. (Org.). *Reforma política: lições da história recente*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. p. 111-132.
- ARAÚJO, Clara. Cotas femininas e financiamento de campanha. *Cadernos Adenauer*, n. 3, 2013.
- ARAÚJO, Clara; ALVES, José Eustáquio. Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com as cotas. *Dados*, v. 50, n. 3, p. 535-77, 2007.
- ARCHENTI, Nélide; TULA, María Inés. Cuotas de género y tipo de lista en América Latina. *Opinião Pública*, Campinas, v. 13, n. 1, p.185-218, jun. 2007.
- AVELAR, Lucia. Mulher e política em perspectiva. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (Org.). *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública*. São Paulo: Perseu Abramo: Sesc 2013.

- AVELAR, Lúcia. *Mulheres na elite política brasileira: canais de acesso ao poder*. São Paulo: Konrad-Adenauer, 1996.
- AVELAR, Lúcia. *O segundo eleitorado: tendências do voto feminino no Brasil*. Campinas: Ed. Unicamp, 1989.
- BIROLI, Flávia. *Autonomia e desigualdades de gênero: contribuições do feminismo para a crítica democrática*. Vinhedo: Horizonte, 2013.
- BOHN, Simone R. Mulher para presidente do Brasil? Gênero e política na perspectiva do eleitor brasileiro. *Opinião Pública*, v. 14, n. 2, Campinas, p. 352-379, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BRAGA, Sérgio Soares; NICOLÁS, Maria Alejandra. Prosopografia a partir da web: avaliando e mensurando as fontes para o estudo das elites parlamentares brasileiras na internet. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 107-130, jun. 2008.
- BURNS, Nancy; SCHLOZMAN, Kay Lehman; VERBA, Sidney. The public consequences of private inequality: family life and citizen participation. *The American Political Science Review*, v. 91, n. 2, p. 373-389, jun. 1997.
- CAMPOS Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 18, p. 121-151, sep./dez. 2015.
- ENGLAND, Paula. The gender revolution: uneven and stalled. *Gender & Society*, v. 24, n. 2, p. 149-166, Apr. 2010.
- ESPING- ANDERSEN, Gosta. *The incomplete revolution: adapting to women's new roles*. Cambridge: Polity, 2009.
- GROSSI, Míriam Pillar; MIGUEL, Sônia Malheiros. *Transformando a diferença: as mulheres na política*. Estudos feministas, ano 9, 2 sem. 2001.
- LEITE, Márcia Pereira. As mães em movimento. In: LEITE, Márcia Pereira; BIRMAN, Patrícia (Org.). *Um mural para a dor: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- MATEO-DIAZ, Mercedes. Em busca da panacéia para igualdade duradoura: sobre a arte de combinar soluções rápidas e medidas estruturais para aumentar a presença de mulheres no Parlamento. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; RENNÓ, Lúcio R. (Org.). *Reforma política: lições da história recente*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. p. 71-109.
- MATOS, Marlise. Mulheres em busca de cidadania política: paradoxos de uma incompletude. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (Org.). *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública*. São Paulo: Perseu Abramo: Sesc 2013.
- MEDEIROS, Marcelo. O mundo é o lugar mais desigual do mundo. *Piauí*, edição 117, jun. 2016.
- MEDEIROS, Marcelo. *O que faz os ricos ricos? O outro lado da desigualdade brasileira*. São Paulo, Hucitec, 2005.
- MIGUEL, Luís Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o congresso brasileiro. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, n. 20, Jun. 2003.
- MIGUEL, Luis Felipe. Política de interesses, política do desvelo: representação e "singularidade feminina". *Estudos Feministas*, ano 9, n. 1, p. 253-267, 2001.
- MIGUEL, Luis Felipe; MARQUES, Danusa; MACHADO, Carlos. Capital familiar e carreira política no Brasil: Gênero, Partido e Região nas Trajetórias para a Câmara dos Deputados. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 58, n. 3, 2015.
- MIGUEL, Luiz Felipe; QUEIROZ, Cristina Monteiro de. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 14(2): 248, maio-agosto/2006.

- MONTAÑO, Sonia; CALDERÓN, Coral (Coord.). *El cuidado en acción: entre el derecho y el trabajo*. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2010.
- MOTA, Fernanda Ferreira; BIROLI, Flávia. O gênero na política: a construção do "feminino" nas eleições presidenciais de 2010. *Cadernos Pagu*, n. 43, p.197-231, jul.-dez. 2014.
- NORRIS, Pippa. Procesos de Reclutamiento Legislativo: Una Perspectiva Comparada. In: URIARTE, E.; ELIZONDO, A. (Coord.). *Mujeres en Política*. Barcelona, Editorial Ariel, 1997.
- NORRIS, Pippa; LOVENDUSKI, Joni. Women candidates for parliament: transforming the agenda? *British Journal of Political Science*, v. 19, n. 1, p. 106-115, 1989.
- PAIVA, Raquel. *Política: palavra feminina*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.
- PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.
- PHILLIPS, Anne. De uma política de idéia a uma política de presença? *Estudos feministas*, 1, 2001.
- PINHEIRO, Luana Simões. *Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte*. Dissertação (mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, 2006.
- PINTO, C., MORITZ, L., SCHULZ, R. e MORAES, T. *Perfis, Trajetórias, Desempenhos: Uma Pesquisa com as Vereadoras Gaúchas*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2000.
- RAMOS, Daniela Peixoto. A família e a maternidade como referências para pensar a política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 16, Brasília, p. 87-120, 2015.
- RANGEL, Patrícia. *Movimentos feministas e direitos políticos das mulheres*. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília. Brasília, 2012.
- RIBEIRO, Uriella Coelho. Saúde é assunto para as mulheres: um estudo sobre a dinâmica participativa de Conselhos Municipais de Saúde do Brasil. In: AVRITZER, Leonardo. *A dinâmica da participação local no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 215-252.
- ROMERO, Karolyne; KERSTENETZKY, Celia Lessa. Entre o altruísmo e o familismo: a agenda parlamentar feminina e as políticas família-trabalho (Brasil, 2003-2013). *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 18, p. 119-146, set./dez/ 2015.
- ROSEMBERG, Fúlvia. O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche – 1984. In: ROSEMBERG, Fúlvia (org.). *Creche*. São Paulo: Cortês/Fundação Carlos Chagas, 1989.
- SACCHET, Teresa. Capital social, gênero e representação política no Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, v. 15, n. 2, Nov. 2009, p.306-332
- SANTOS, F. G. M. *Um elogio ao Tiririca: o perigo da oligarquização ronda nossa democracia*. *Insight Inteligência*, Rio de Janeiro, v. 54, p. 80-90, 2011.
- SOMARRIBA, Valentina Gomes. *Mulheres na política: as representantes de Minas no Poder Legislativo*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2014.
- SOUZA, Dayane Santos de. *Entre o Espírito Santo e Brasília: mulheres, carreiras políticas e legislativo brasileiro a partir da democratização*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.
- SPECK, Bruno Wilhelm; SACCHET, Teresa. Patrimônio, instrução e ocupação dos candidatos: uma análise das candidaturas de mulheres e homens nas eleições gerais de 2010 no Brasil. In: ALVES, J. E. D.; PINTO, C. R. J.; JORDÃO, F. *Mulheres nas eleições 2010*. São Paulo: ABPC/SPM, 2012. p. 167-206.
- WOOLF, Virginia. Uma sociedade. In: _____. *Contos completos*. São Paulo: Cosac Naify, 2005. p. 166-182.